

A crítica de Edward Stillingfleet à teoria lockiana da substância

Edward Stillingfleet's objections to Locke's theory of the substance

Resumo

Neste artigo, pretendemos apresentar uma interpretação sobre a disputa entre John Locke e Edward Stillingfleet, Bispo de Worcester, a respeito da noção de substância. Para tal, após introduzir as teses de Locke que justificam uma interpretação cética de Stillingfleet sobre a existência daquela substância na sua filosofia (seção 1), elucidamos um primeiro equívoco na interpretação do Bispo, que consiste na indistinção entre as noções de substância enquanto ideia complexa de substâncias particulares e como noção de substância pura em geral na filosofia de Locke (seção 2). Depois, apresentamos três teses que ambos os autores parecem ter em comum sobre a noção de substância (seção 3). Na sequência, mostramos que o fato de Locke considerar termos apenas uma ideia confusa da substância enquanto suporte não o compromete com um ceticismo em relação à sua existência (seção 4). Por fim, explicamos um segundo equívoco na interpretação do Bispo, a saber, o de desconsiderar que Locke segue o método experimental de raciocínio subjacente à ciência nova, o que, a juntar ao primeiro equívoco, explica que Locke apenas aplicou esse método à questão da substância e, assim, a possível proximidade entre os autores (seção 5).

Palavras-chave: História da Filosofia; Ideia; Substância; John Locke; Edward Stillingfleet.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Contato: csalgadinho92@hotmail.com

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: fvinicius@yahoo.com.br

Recebido em: 29/05/2023 Aceito em: 31/07/2023

Abstract

We intend to present an interpretation of the dispute between John Locke and Edward Stillingfleet, Bishop of Worcester, regarding the notion of substance. First, we present some of Locke's claims that justify Stillingfleet's skeptical reading of Locke's treatment of substance. Secondly, we claim that Stillingfleet neglects Locke's distinction between two notions of substance. Thirdly, we present three hypotheses regarding some claims that Locke and Stillingfleet seems to share about the nature of substance. Fourthly, we argue that Locke is not a skeptical about the existence of substances, although he is committed to the view that the understanding only has a confused and obscure idea of it. Finally, we claim that Stillingfleet neglects that Locke is committed with the experimental method of reasoning in his treatment of substance. In the end, we conclude that Stillingfleet's view on substance has more in common with that of Locke's than he realizes.

Keywords: History of Philosophy; Idea; Substance; John Locke; Edward Stillingfleet.

A filosofia do conhecimento apresentada por John Locke (1632-1704) no *Ensaio sobre o entendimento humano* (1999)¹ recebe veementes ataques nos primeiros anos de sua recepção. Certamente, a publicação de *Christianity Not Mysterious*² no ano de 1696 contribui de modo determinante para essa recepção negativa. Seu autor, John Toland (1670-1722), admite seguir os princípios epistemológicos do *Ensaio* em sua tentativa de racionalizar os mistérios da religião cristã³. Uma das respostas a Toland e, conseqüentemente,

1 Publicado originalmente em dezembro de 1689. A segunda edição da obra, revisada e com acréscimos feitos por Locke, data de 1694. Doravante, apenas *Ensaio*.

2 O título completo da obra é *Christianity not Mysterious; or A Treatise Shewing, that there is nothing in the Gospel contrary to Reason nor Above it; And that no Christian Doctrine can be properly call'd a Mystery*.

3 Richard Popkin explica, de maneira sucinta, o projeto de inspiração lockiana do filósofo: "Toland era um amigo de Locke e utilizou porções da teoria do conhecimento de Locke em sua crítica negativa às crenças religiosas cristãs. Insistindo que a certeza se baseava no conhecimento e que o conhecimento não é nada além da percepção do acordo ou desacordo de nossas ideias, procedeu a argumentar que não poderíamos ter a certeza sobre várias crenças fundamentais da Cristandade, uma vez que não temos as ideias requeridas" (1971, p. 311).

aos princípios do *Ensaio*, é imediata. Edward Stillingfleet (1635-1699), Bispo de Worcester⁴, publica, no início do ano seguinte, *A Discourse in Vindication of the Doctrine of the Trinity*⁵ em resposta ao deísmo de Toland e aos princípios lockianos que supostamente o fundamentariam. Contado em poucas palavras, esse é o início do que veio a ser conhecido como a ‘disputa Locke & Stillingfleet’, um notável acontecimento filosófico do fim do século XVII. Pierre Bayle (1647-1706), por exemplo, na quarta edição de seu *Dicionário*, relembra-a como *la fameuse Dispute du Doctour Stillingfleet & de Monsieur Locke*⁶. As objeções postas pelo crítico em seu *Discourse* são respondidas rapidamente por Locke em uma carta datada de 7 de janeiro de 1697. Na sequência, até o ano de 1699, mais quatro missivas são trocadas entre eles, em uma correspondência que consta de centenas de páginas e se encerraria apenas pela ocasião da morte do Bispo⁷.

O objetivo deste artigo é discutir um ponto específico do início dessa disputa, a saber, as críticas apresentadas por Stillingfleet à teoria lockiana da substância⁸. Argumentaremos no sentido de mostrar que o principal alvo do

4 O mais celebrado trabalho filosófico de Stillingfleet é *Origines Sacrae, or a Rational Account of the Grounds of Natural and Reveald Religion*, publicado em 1662. Na ocasião do início da disputa com Locke, o Bispo redigia uma nova versão dessa obra, também intitulada *Origines Sacrae*, em que estenderia o escopo das reflexões apresentadas na primeira versão. Seus principais alvos seriam René Descartes, Thomas Hobbes e Baruch de Espinosa. Sua morte em 1699 interrompe não apenas esse projeto como também a intensa disputa com Locke.

Como introdução ao pensamento do Bispo de Worcester, gostaríamos de sugerir três textos. O primeiro é uma curta biografia escrita por Sidney Carter em 1947. O segundo é um artigo de Richard Popkin (1971) que, entre outros pontos, esclarece a relevância do pensamento de Stillingfleet no período. Por fim, sugerimos a obra de Robert Carroll, *The Common-sense Philosophy of Religion of Bishop Edward Stillingfleet (1635-1699)*, publicada em 1975, em específico, a quinta seção do terceiro capítulo, intitulada ‘Stillingfleet’s Theory of Certainty’ (1975, pp. 62-67), e a terceira seção do quarto capítulo, intitulada ‘John Toland and John Locke’ (1975, pp. 86-99).

5 O título completo da obra é: *A Discourse in Vindication of the Doctrine of the Trinity: with an Answer to the Late Socinian Objections against it from Scripture, Antiquity and Reason*.

6 A esse respeito, ver Welch (2003, p. 386, nota 8).

7 Além da primeira carta de Locke, o debate consta ainda de outras quatro missivas: uma resposta de Stillingfleet, de 27 de março de 1697; a segunda resposta de Locke aparece em 29 de julho; a segunda resposta de Stillingfleet data de 22 de setembro; e, por fim, a terceira e última carta de Locke, com cerca de trezentas páginas e nunca respondida pelo Bispo – em virtude de sua morte – aparece em maio de 1698. Para uma história detalhada dessa correspondência, sugerimos a leitura do trabalho de Matthew Stuart (2016).

8 Não consideramos todos os argumentos presentes no ataque de Stillingfleet à teoria lockiana da substância. Alguns desses argumentos que não consideramos são: a falta de uma ideia clara de substância implicaria, aos seus olhos, o problema de se explicar a distinção entre as substâncias particulares – que dependeriam de uma ideia clara e distinta da essência de ‘homem’ (1697, pp.

ataque do Bispo não é a compreensão de Locke da ideia de substância, mas os princípios do *Ensaio* que permitem essa compreensão que, aos seus olhos, abrem espaço para o ceticismo e o ateísmo. Se estamos certos em nossa leitura, alguns dos princípios da epistemologia lockiana atacados por Stillingfleet são assumidos por ele próprio em sua explicação sobre a origem da ideia de substância. Isso, a nosso ver, é explicado pelo fato de que o Bispo desconsidera o caráter experimental da filosofia do *Ensaio*. Locke não pretende negar que existam substâncias no mundo, apenas que, dos objetos e do espírito, só podemos conhecer suas qualidades e modos de pensamento.

Tentaremos esclarecer essa hipótese em cinco seções. Na primeira, de caráter introdutório, apresentaremos os princípios do *Ensaio* que, aos olhos de Stillingfleet, fundamentam a teoria lockiana da substância. Na segunda seção, discutiremos as consequências da má compreensão de Bispo sobre a distinção de Locke entre duas ideias de substância – as ideias complexas de substâncias particulares e a ideia suposta e confusa de substância pura em geral. Acreditamos ser essa distinção essencial para entender que o autor do *Ensaio*, diferentemente da defesa feita por seu crítico, jamais pretendeu ‘descartar as substâncias da parte razoável [*reasonable*] do mundo’. Na seção seguinte, argumentaremos em favor da hipótese de que há um ponto de contato entre os autores, a saber, que a explicação racional de Stillingfleet da origem da ideia de substância está, em alguns aspectos, muito próxima da explicação de Locke por ele atacada. Na sequência, discutiremos a crítica do Bispo aos princípios epistemológicos do *Ensaio* que, a seu ver, conduzem a doutrina lockiana da substância ao ceticismo. A partir dessa discussão, argumentaremos que Locke e Stillingfleet mantêm um segundo ponto de contato entre eles, em que parecem compartilhar compreensões semelhantes sobre a origem do conhecimento. Por fim, na quinta seção, encerramos o artigo com a discussão do modo como o Bispo, em sua crítica, desconsidera o caráter experimental da investigação da ideia de substância no *Ensaio*.

Concentrar-nos-emos, nesse trabalho, exclusivamente sobre algumas das objeções colocadas por Stillingfleet no *Discourse* e o que é de fato defendido por Locke no *Ensaio*. Diferentemente do que é usualmente feito na literatura secundária, não nos ocuparemos com a resposta do filósofo às críticas do Bispo. Não porque desconsideramos a importância dessa resposta para a

238-240) –, o conhecimento do próprio espírito (1697, pp. 241-242), a possibilidade de a substância material ser responsável pelo pensamento (1697, pp. 242-244), a maneira pelas quais as substâncias operariam (1697, pp. 244-245) e a própria existência de Deus (1697, pp. 246-245).

compreensão da filosofia lockiana⁹, mas porque, de acordo com nossa revisão bibliográfica, grande parte da literatura especializada não se detém em um exame sistematicamente das objeções de Stillingfleet¹⁰. A título de ilustração, citamos os trabalhos de Jonathan Bennett (1971, p. 60), J. D. Mabbott (1973, pp. 29-34), W. M. Spellman (1997, pp. 30-44), E. J. Lowe (2005, pp. 65-76), Daniel Korman (2010, pp. 65-66), Nicholas Jolley (2015, pp. 55-62), Peter Millican (2015, pp. 08-22), Matthew Stuart (2016, pp. 356-364) e Han-Kyul Kim (2019, pp. 119-122). A este respeito, Richard Popkin (1971, pp. 312-317) e Robert Carroll (1975, pp. 89-100) são exceções. Voltaremos às leituras de ambos adiante no texto. Não há uma discussão detida, nesses trabalhos, das objeções às propostas feitas pelo Bispo, o que, a nosso ver, constitui a razão de algumas aproximações entre as teorias do conhecimento de Locke e Stillingfleet não terem sido neles notadas¹¹.

1. Introdução à crítica de Stillingfleet à teoria lockiana da substância

No *Discourse*, as críticas de Stillingfleet ao *Ensaio* se encontram reunidas no décimo capítulo da obra¹². Esse ataque é motivado sobretudo pela compreensão do Bispo de que os princípios lockianos ameaçariam não apenas o conhecimento

9 Nicholas Jolley observa que as cartas escritas pelo filósofo ao seu crítico são alguns dos textos mais importantes do corpus lockiano para se compreender suas teorias da substância, da possibilidade da matéria pensar, da identidade e da ressurreição dos mortos (2015, p. 14). Há, ademais, discussões recentes sobre a possibilidade de Locke ter reconsiderado algumas de suas doutrinas nas edições do *Ensaio* que se seguiram à disputa com o Bispo de Worcester. As edições posteriores à disputa com Stillingfleet são revistas e modificadas por Locke em temas centrais de seu debate com Stillingfleet. Uma alteração notável nas edições da obra é discutida amplamente por Jolley: “os problemas surgem quando nos voltamos para as emendas ao texto do *Ensaio*. Na quarta edição (a última cuja publicação Locke supervisionou), ele revisa lxxiii inserindo repetidamente a palavra ‘imaterial’ antes de ‘espírito’” (2015, p. 63). Jolley discute se essas revisões – que sugerem que Locke poderia admitir, diferentemente das duas primeiras edições do *Ensaio*, que a introspecção seria suficiente para se conhecer a imaterialidade da substância que pensa – são apenas textuais ou se Locke de fato reconsidera sua teoria em vista das críticas de Stillingfleet

10 Sarah Hutton observa essa negligência: “a maioria dos filósofos ouviu sobre Edward Stillingfleet, Bispo de Worcester, em virtude do fato de que ele se empenhou numa longa controvérsia pública com John Locke. Desde que o interesse filosófico neste debate focou no que Locke tinha a dizer em defesa de sua própria filosofia, a posição de Stillingfleet e a significância do debate para sua agenda teológica têm sido, em grande medida, ignoradas” (1996, p. 261).

11 Esclarecemos que nossas reflexões sobre as respostas de Locke presentes no *Ensaio* serão apresentadas em um trabalho posterior.

12 Intitulado ‘Objections against the Trinity, in Point of Reason, answered’ (1697, pp. 230-292).

como os próprios mistérios da fé, em virtude de eles pavimentarem o caminho para o ceticismo e para o ateísmo¹³. O mistério da Trindade seria um dos mistérios ameaçados por esses princípios. Em verdade, essa descoberta não é feita por Stillingfleet. Em *Christianity Not Mystrious*, Toland questiona o mistério de um só Deus como três pessoas – Pai, Filho e Espírito Santo – a partir do princípio de que falta clareza às ideias de ‘pessoa’ e ‘substância’ para que elas possam ser distinguidas¹⁴. Na visão do Bispo, a resposta ao antitrinitarianismo de Toland dependeria de um ataque à ‘nova via das ideias’ de Locke (1697, p. 243) e à teoria da substância que sobre ela é desenvolvida.

Para Stillingfleet, Locke estaria fundamentalmente comprometido com o princípio de que o conhecimento, a ‘certeza’, dependeria da aquisição de ideias claras e distintas. O conhecimento resultaria da comparação realizada pelo espírito entre ideias dessa natureza:

Isto é oferecido ao Mundo como uma Concepção de Razão, mas para mostrar quão solta e insatisfatória ela é, desejo que se considere que esta Doutrina supõe que devemos ter ‘Ideias claras e distintas’ do que quer que pretendamos como certeza em nossas Mentes, e que a única via para atingir esta certeza é comparar estas ‘Ideias’ juntas (Stillingfleet, 1697, pp. 232-233).

Quando o espírito não dispusesse de ideias claras e distintas por meio das quais poderia perceber o acordo e o desacordo – isto é, compará-las –, não poderia, segundo o crítico, haver conhecimento. Os princípios da filosofia lockiana ameaçariam o mistério da Trindade¹⁵ na medida em que, no *Ensaio*, reconhecer-se-ia que não existem ideias claras e distintas de ‘substância’ e

13 Sobre Locke e as acusações de irreligiosidade, ver Richard Aaron (1955, pp. 40-41 / pp. 292-301). Para uma compreensão das acusações recebidas por Locke de ser um cético religioso, ver John Yolton (1968, pp. 116-148) e W. M. Spellman (1997, pp. 27-30).

14 Richard Popkin observa: “se nos cabe alguma compreensão significativa da doutrina da Trindade, deveríamos conhecer a natureza de substância e de pessoa. De acordo com Toland, não podemos ter nenhuma certeza sobre a substância, uma vez que não podemos ter ideias claras sobre elas em nossas mentes. A ideia não provém de nossos sentidos, tampouco refletindo sobre as operações da mente, logo, não podemos raciocinar sobre ela” (1971, p. 311).

15 A dificuldade trazida pela filosofia lockiana para o mistério da Trindade tem relação direta com o uso que Toland faz do princípio lockiano da origem das ideias do espírito. Carroll explica: “Toland também argumentou a favor de sua tese sobre outras bases, combinando os critérios cartesianos para as ideias e claras e distintas (como certezas) com a concepção lockiana da origem das ideias ou na sensação ou na reflexão sobre as operações da mente. Toland demandou que qualquer ideia razoável correspondesse a estes critérios, e uma vez que as ideias da Trindade e da Encarnação não podiam fazê-lo, eram consideradas por ele ‘contradições’ e ‘absurdidades” (1975, p. 89).

‘pessoa’, e, portanto, não poderíamos conhecê-las, no sentido de certificar sua existência. A razão disso prende-se ao fato de que estas ideias não poderiam ser adquiridas por sensação ou reflexão:

[...] E nossa certeza sobre ele em Segundo a Razão [Point of Reason] depende de nosso Conhecimento da Natureza da ‘Substância’ ou ‘Pessoa’ e a ‘Distinção’ entre elas. Mas se não podemos ter tais ‘Ideias claras’ acerca dessas coisas em nossas Mentes, como é requerido pela ‘Sensação’ ou ‘Reflexão’, ou a ‘Razão’ é inútil para operar sobre elas [we have no use of ‘Reason’ about them], ou ela é insuficiente para passar qualquer Julgamento sobre elas. (Stillingfleet, 1697, p. 233).

Em nossa tentativa de sistematizar a compreensão de Stillingfleet da teoria lockiana do conhecimento, destacamos três princípios:

- (P1) O conhecimento depende da aquisição de ideias ‘claras e distintas’;*
- (P2) As ideias claras e distintas são adquiridas apenas por ‘sensação e/ou reflexão’;*
- (P3) O conhecimento é a ‘comparação’ de ideias claras e distintas adquiridas por sensação e/ou reflexão.*

Assim, se não existem ideias claras e distintas de ‘substância’ e ‘pessoa’ adquiridas por sensação e/ou reflexão, não é possível compará-las e distingui-las como exige o mistério da Trindade. Para Stillingfleet, a partir da conjunção desses três princípios, Locke colocaria seu leitor ou leitora diante de um dilema: assumir que a razão não poderia julgar sobre o mistério ou, de outro modo, que ela seria insuficiente para tal propósito.

2. As duas noções de substância no *Ensaio*

O primeiro comentário que faremos à leitura de Stillingfleet a respeito da doutrina lockiana da substância remete-se ao fato de que o crítico parece não notar que Locke trabalha com duas noções distintas de substância no *Ensaio*. São elas:

1. As ‘ideias complexas de substâncias particulares’. Por exemplo, a ideia de ‘homem’ é uma coleção de ideias simples de sensação – as ideias de figura, extensão, cor, cheiro etc. –; a ideia de ‘espírito’, uma coleção de ideias simples

de reflexão – as ideias de vontade, entendimento, raciocínio, memória etc. Em ambos os casos, essas ideias complexas são compreendidas pelo espírito como se constituíssem um único objeto, uma vez que “a mente tem o poder de considerar várias ideias unidas, como uma só ideia” (1999, p. 202).

2. Uma ‘ideia de substância pura em geral’ (doravante, ideia de SPG). Essa é a ideia suposta e confusa de um suporte ou substrato em que as qualidades sensíveis ou modos do pensamento existiriam, presentes em toda ideia complexa de substância particular. Para Locke, “a ideia suposta ou confusa de substância, tal como é, aparece sempre como a primeira e principal” (1999, p. 204).

Stillingfleet não distingue sistematicamente essas duas noções. Essa ‘negligência’ certamente tem implicações para suas objeções e para a sua compreensão da teoria lockiana da substância. Primeiramente, ela parece explicar que o Bispo pense que o resultado da via lockiana das ideias é uma forma de ceticismo sobre a existência de substâncias no Universo¹⁶. Se os ‘princípios de razão’ de Locke estiverem corretos, isto é, se a conjunção entre (P1), (P2) e (P3) for adequada para explicar a origem do conhecimento humano, sua doutrina ‘quase dispensaria a substância da parte razoável do mundo’:

Ora, este é o caso da ‘Substância’: não ‘provém [it is not intromitted] dos Sentidos’, tampouco depende ‘de Operações da Mente’, e, portanto, não pode estar no compasso de nossa Razão. E, assim sendo, não me espanta que o Cavalheiro deste novo modo de raciocinar tenha quase descartado a ‘Substância’ da parte razoável do Mundo. (Stillingfleet, 1697, p. 235).

Essa leitura cética, como argumentaremos na quinta seção desse artigo, decorre também de outra negligência na leitura do Bispo, a saber, do caráter experimental da investigação do *Ensaio*. Contudo, por ora, limitamo-nos a observar que, em sua crítica, Stillingfleet nunca esclarece qual das explicações lockianas – da ideia complexa de substância particular ou da ideia de SPG – conduz a via das ideias ao ceticismo. Certamente, o crítico tem em vista as observações de Locke sobre a ideia de SPG, uma noção confusa e

16 Em suas palavras: “Começo pela Noção de Substância. E tenho muita Razão para começar por ela, pois de acordo com os Princípios da Razão deste Homem, não pode haver qualquer certeza da Razão sobre ela. E, portanto, nosso novo Modo de Raciocinar é avançado para um Propósito muito bom. Pois podemos falar e disputar sobre ‘Substância’ tanto quanto nos aprouber, mas, se seus Princípios de Razão forem verdadeiros, não podemos chegar a nenhuma certeza, uma vez que não podemos ter nenhuma ‘Ideia clara’ em nossa Mente sobre ela, como parecerá a partir de suas próprias palavras” (1697, pp. 233-234).

suposta, cuja origem, como veremos, não é claramente explicada pelo filósofo. Contudo, no *Ensaio*, Locke não nega que o espírito disponha de ideias claras e distintas de substâncias particulares. Coisas como árvores, homens e o espírito continuam a ser conhecidas por meio de ideias claras e distintas de sensação e/ou reflexão. A filosofia do *Ensaio* não ameaça a existência das substâncias, como sugere Stillingfleet. O filósofo, apesar de reconhecer que o espírito não dispõe de nenhuma ideia clara e distinta de SPG, é claro em afirmar que isso não ameaça nenhuma existência. A passagem citada a seguir é apenas uma das evidências de que não Locke não pensa em duvidar da existência das substâncias:

É claro, então, que a ideia de substância corpórea na matéria é tão remota para a nossa concepção e compreensão como a de uma substância espiritual, ou espírito. E, portanto, por não termos qualquer ideia da substância do espírito, ‘nada podemos concluir da sua inexistência’, tal como não podemos, pela mesma razão, negar a existência do corpo (Locke, 1999, p. 390).

Ademais, Locke é explícito sobre a ‘irracionalidade’ do ceticismo, ou de uma forma negativa de dogmatismo, sobre a existência de substâncias: “é ‘tão racional’ [destaques nossos] afirmar que não existe corpo, uma vez que não possuímos uma noção clara e distinta da substância da matéria, como afirmar que não existe espírito, já que não possuímos uma noção clara e distinta de um espírito” (1999, p. 390). O conhecimento das substâncias, portanto, não está ameaçado. As ideias complexas de substâncias particulares são compostas por ideias claras e distintas de sensação e/ou reflexão. O conhecimento da existência dessas substâncias particulares, contudo, não depende da ideia de SPG. As coisas continuam a existir, não obstante a falta de uma ideia clara e distinta do suporte.

Não avançaremos em nenhuma hipótese sobre como Locke poderia distinguir, a partir da ideia complexa de substâncias particulares, as ideias de ‘substância’ e ‘pessoa’, como Stillingfleet entende que seja preciso para que não se ameace o mistério da Trindade. Isso demandaria, com efeito, que nos detivéssemos sobre a discussão do célebre capítulo XXVII do segundo livro, ‘Da identidade e diversidade’, no qual Locke apresenta sua teoria da identidade pessoal. Limitar-nos-emos a observar que o autor do *Ensaio* não está comprometido com nenhuma forma de ceticismo em relação ao conhecimento das substâncias particulares. De uma maçã, o entendimento conhece, por meio de ideias de sensação, sua cor, sabor, cheiro, textura, solidez etc. Ela

existe e pode ser distinguida, por suas ideias sensíveis, de uma infinidade de outras coisas sensíveis. Do espírito, o entendimento conhece, por meio de ideias de reflexão, que ele afirma, nega, acredita, duvida, imagina, abstrai etc. O espírito, assim como os corpos, são ‘seres reais’¹⁷ e podem ser conhecidos pelo entendimento: “não podemos negar que a sensação nos convence que existem substâncias sólidas e ampliadas, e que a reflexão nos convence que existem substâncias pensantes; que as experiências nos asseguram da existência de tais seres [...]” (1999, pp. 409-410).

3. O problema da origem da ideia de substância pura em geral

Nossa segunda observação sobre a leitura de Stillingfleet diz respeito à pertinência de sua compreensão de que Locke teria alguma dificuldade para explicar a origem no espírito da ideia de substância – nesse caso, o Bispo claramente tem em vista a ideia de SPG. A sua interpretação tem o mérito de captar acertadamente, a nosso ver, uma tensão no texto do *Ensaio*: Locke parece oscilar constantemente ao apontar quais processos concorreriam para a formação dessa ideia. Parece haver uma indecisão ao remontar a ideia de SPG a uma origem empírica ou a uma origem racional. O filósofo sugere, com efeito, que essa ideia pode ser produto do ‘costume de supor um suporte’¹⁸ ou de uma ‘propensão’ de supô-lo¹⁹. Contudo, há mais de uma sugestão de que outros processos – nesse caso, racionais – estariam envolvidos em sua produção. Por exemplo, Locke nota a incapacidade do espírito de ‘conceber’ que as qualidades sensíveis e as operações mentais poderiam subsistir sem um suporte, o que levaria o espírito a formar por si próprio essa ideia. Nesse caso,

17 “Porque a minha alma, ‘sendo um ser tão real’ [destaque nosso] como o meu corpo, [...]” (1999, p. 402).

18 “[...] Embora a ideia que possuímos de ambos seja apenas a compilação ou a associação dessas múltiplas ideias simples das qualidades sensíveis que ‘costumávamos encontrar unificadas na coisa’ [destaque nosso] denominada cavalo ou pedra, uma vez que não podemos conceber como é que ambas poderiam subsistir sozinhas ou uma na outra, supomos que existem num objecto comum ou são suportadas por ele” (1999, p. 389).

19 Ao explicar a ideia de substância espiritual: “somos propensos a pensar que estas acções pertencem a uma outra substância a que chamamos espírito” (1999, p. 389). Essa propensão do espírito de supor uma ideia de suporte decorre da ‘experiência diária’ da conjunção dessas ideias, isto é, de que elas coexistem: “[...] através das ideias simples que obtemos dessas operações das nossas mentes que ‘experimentamos diariamente em nós’, como o pensamento, o entendimento, a vontade, o saber e o poder de iniciar movimento, etc., ‘coexistindo em alguma substância’, [destaques nossos] [...]” (1999, p. 400).

o espírito parece operar de acordo com um ‘princípio de conceitabilidade’ – de acordo com o qual o que é concebível é possível – para formar a ideia de SPG. De modo semelhante, Locke sugere que essa ideia é formada a partir de uma ‘conclusão’, como se ela fosse o resultado de um processo inferencial²⁰.

O Bispo parece notar essa tensão no texto do *Ensaio*. Com efeito, ele questiona: “e isto é, realmente, o que há a ser dito sobre o ser da ‘Substância – que nos acostumamos a supor’ um Substrato? Esse costume é baseado na verdadeira Razão, ou não?” (1697, pp. 236)²¹. Aos olhos do crítico, a explicação da ideia de substância a partir apenas do costume, sem processos racionais, levaria a um dilema. Por um lado, se esse costume não é fruto de uma atividade racional, seria preciso admitir que as qualidades e modos do pensamento poderiam existir por si próprios, pois o suposto suporte não seria senão uma ‘fantasia’ do espírito humano: “estas ‘Ideias simples’ não necessitam de uma ‘Tartaruga’ [um suporte] para suportá-las, pois ‘Figuras’ e ‘Cores’ etc estariam bem por si próprias, mas, por algumas Fantasias, ‘os homens acostumaram-se a supô-las [o suporte]” (1697, pp. 236-237). Isso ocorre porque, para Stillingfleet, o costume, por si só, jamais produziria uma ideia sem a concorrência de atividades racionais. Por outro lado, se esse costume é fruto de uma atividade racional, a ideia de substância não seria explicada somente a partir de ideias simples de sensação e reflexão. Isto é, Locke precisaria reconhecer, contrariando (P2), que existe uma forma de certeza que não advém imediata e diretamente da sensação e/ou reflexão: “se isto se baseia na plena e evidente Razão, então, devemos admitir uma ‘Ideia’ de ‘Substância’ que não provenha da ‘Sensação’ ou ‘Reflexão’, e, portanto, podemos estar certos de algumas coisas que não detemos por essas ‘Ideias’” (1697, p. 237).

A escolha de Stillingfleet diante do dilema que, a seu ver, o *Ensaio* produz é clara: o conhecimento das substâncias não depende de ideias claras e distintas de sensação e/ou reflexão, visto que o espírito adquire a ideia de

20 “O mesmo acontece em relação às operações mentais, isto é, o pensamento, o raciocínio, o receio etc. os quais ‘concluimos não dependerem de si próprios’ [destaque nosso], nem apreendemos como é que podem pertencer a um corpo, ou serem produzidos por ele” (1999, pp. 389-390).

21 Popkin observa que, para Stillingfleet, “Locke simplesmente não é capaz de oferecer uma concepção racional ou plausível de nosso conhecimento de substâncias. Ele diz que temos de supor que haja tanto substâncias espirituais como corporais, mas não consegue explicar como podemos ter quaisquer ideias delas, ou saber que existem, ou até que a matéria não possa pensar ou que o espírito seja extenso” (1971, p. 312).

substância por meio de ‘processos racionais’²². O ataque do Bispo não incide diretamente sobre a conclusão de Locke – não há uma ideia clara e distinta de SPG: “não digo que não podemos ter uma ‘Ideia clara de Substância’, seja por ‘Sensação’ ou ‘Reflexão’” (1697, p. 235). O crítico ataca, assim, (P2), o princípio que sustentaria essa conclusão. A seu ver, existem ideias no espírito que se originam de uma fonte alternativa, a razão. A ideia de substância é, aos seus olhos, uma ‘ideia racional’:

Se esta [doutrina lockiana do conhecimento] é a verdade sobre o Caso, devemos ainda ‘falar como Crianças’ [sobre a substância], e não sei como isto pode ser remediado. Pois se não podemos chegar a uma Ideia racional de ‘Substância’, não podemos ter nenhum Princípio de certeza sobre a qual falar [to go upon] neste Debate (Stillingfleet, 1697, p. 235).

Stillingfleet defende, contra (P2), que a razão é capaz de oferecer ao espírito ideias que não podem ser adquiridas por sensação e/ou reflexão.

A nosso ver, consoante o modo como interpretamos o texto do *Ensaio*, a explicação lockiana da origem da ideia de SPG pode ser harmonizada com as ‘demandas racionais’ apresentadas pelo Bispo. Em outras palavras, a explicação de Locke para a origem da ideia de SPG poderia ser aproximada da explicação oferecida pelo próprio Stillingfleet. Isso pode ser visto a partir de ao menos três aproximações textuais entre o que é dito pelo crítico e pelo autor do *Ensaio*:

1. Ambos os autores notam que a ideia de SPG surge de uma certa incapacidade de concepção do espírito. O Bispo nota que a ideia de substância surge da consideração do espírito da impossibilidade dos modos e acidentes existirem por si próprios sem um suporte:

22 Sobre o caráter racionalista da filosofia de Stillingfleet, ver Carroll. De acordo com o intérprete: “essencialmente, o argumento que ele estava oferecendo em oposição ao empirismo de Locke era baseado na metafísica racionalista escolástica. As discussões de Stillingfleet com os católicos durante a década anterior à publicação de sua *Vindicação da Doutrina da Trindade* em 1697 e, certamente, sua preocupação exegética na própria *Vindicação*, prepararam-no para sua defesa escolástica dos mistérios da religião que apresentou a Locke, praticamente sob a mesma forma em que os escrevera dez anos antes em suas *Doutrinas da Trindade e Transsubstanciação Comparadas*. O empirismo filosófico de Locke colocou em questão o estatuto dos importantes conceitos teológicos de ‘pessoa’, ‘natureza’ e ‘substância’. Portanto, quando o livro de Toland surgiu, Stillingfleet já estava pronto com sua resposta e um método de análise com o qual confrontaria os empiristas” (1975, p. 86).

E entre estas Noções gerais ou 'Ideias' racionais, 'Substância' é uma das primeiras, pois descobrimos que não podemos ter quaisquer Concepções verdadeiras de 'Modos' ou 'Acidentes' (não importa quais), mas devemos conceber um 'Subtrato' ou Sujeito no qual eles são, uma vez que repugna [it is a Repugnancy] às nossas primeiras Concepções das coisas, que 'Modos' ou 'Acidentes' devam subsistir por eles mesmos. (Stillingfleet 1697, pp. 235-236).

Locke, de modo semelhante, menciona em mais de uma ocasião no *Ensaio* que essa ideia surge dessa incapacidade. Como o espírito não é capaz de 'conceber' a existência, por si próprias, das qualidades sensíveis e operações mentais, ele formaria uma ideia de suporte para cobrir essa lacuna na experiência: “[...] uma vez que não podemos conceber como é que ambas [as ideias simples de sensação e reflexão] poderiam subsistir sozinhas ou uma na outra, supomos que existem num objeto comum ou são suportadas por ele” (1999, p. 389).

2. Ambos os autores parecem atribuir o mesmo papel à ideia de suporte para a experiência humana. Stillingfleet nota que a ideia racional de substância é “uma das primeiras e mais naturais 'Ideias' em nossas mentes” (1697, pp. 235-236). Locke, por sua vez, entende que essa ideia suposta e confusa que, para o seu crítico, é a ‘primeira’ e mais ‘natural’, “aparece sempre como a primeira e principal” nas ideias complexas de substâncias particulares (1999, p. 204). Nem um nem outro esclarecem o querem dizer com suas afirmações. A nosso ver, ambos parecem sugerir que, sem essa ideia de suporte, haveria uma lacuna nas experiências sensíveis e reflexivas. O suporte é suposto para que o espírito possa compreender o ‘lugar’ em que existiriam reunidas as qualidades sensíveis e os modos do pensamento. Ela tem um papel explicativo fundamental na experiência humana. Daí, para ambos, essa ideia ser ‘natural’, ‘primeira’ ou ‘principal’ no espírito.

3. Por fim, ambos os autores parecem concordar sobre a natureza abstrata ou geral da ideia de SPG. Stillingfleet observa que a razão não opera apenas por meio de ideias de sensação e/ou reflexão. O espírito humano é capaz de formar ‘noções gerais’ a partir da consideração de ideias particulares:

Pois além destas [ideias de sensação e/ou reflexão], deve haver algumas 'Ideias gerais' que a mente deve formar, não 'simplesmente comparando

essas Ideias que detêm do Sentido ou Reflexão, mas formando Noções gerais distintas, ou coisas de 'Ideias' particulares. (Stillingfleet, 1697, pp. 235-236).

A ideia de substância, primeira e natural, é uma ideia racional e geral, uma ideia formada pelo próprio espírito a partir dos materiais fornecidos pela experiência. Quanto a Locke, é verdade que ele não é claro em sua explicação sobre a origem da ideia de SPG. Contudo, o fato de a ideia de substância ser uma ideia 'pura em geral' parece ser um forte indício de que o filósofo compreende que, em sua origem, concorrem processos de abstração. Ela poderia ser compreendida como uma ideia abstrata ou, como prefere seu crítico, uma 'noção geral'. Locke a reconhece explicitamente no *Ensaio* como sendo de 'natureza abstrata' (1999, p. 390).

Encerramos esta listagem explicativa sublinhando que Locke parece não recusar em definitivo no texto do *Ensaio* a possibilidade de que processos racionais – inferência e abstração, por exemplo – concorram na produção da ideia de SPG. É possível, portanto, que Locke, conscientemente ou não, tenha violado os princípios empiristas de sua investigação do entendimento – nesse caso, (P2). Na literatura secundária, há intérpretes a admitir essa possibilidade. Para Mabbott, por exemplo, Locke não poderia explicar a ideia de SPG sem apelar a tais processos racionais do espírito e, ao mesmo tempo, violar os princípios de sua investigação (1973, pp. 30-32)²³. Bennett²⁴, Michael Ayers (1975)²⁵ e Kim²⁶ também têm leituras 'racionalistas' a esse respeito. Em

23 Mabbott diz: "Locke de fato concorda com Stillingfleet de que a ideia de substância 'está fundada sobre a razão, isto é, na consciência da conexão necessária e não sobre o costume" (1973, p. 30). Essa seria uma 'necessidade lógica' de que o espírito dependeria para pensar a substância.

24 Bennett sugere que essa ideia se origina de uma análise da linguagem: "portanto, se alguma declaração existencial ou 'sujeito objeto' é verdadeira, então há dois tipos de item – substâncias e propriedades ou qualidades. Os primeiros possuem o privilégio de carregar ou suportar as segundas sem serem, eles próprios, suportados da mesma maneira por alguma coisa. Implicamos a existência de 'substâncias' neste sentido toda vez que implicamos que alguma propriedade é instanciada" (1971, pp. 59-60).

25 Ayers observa: "outras passagens tornam bastante claro que Locke acredita que a ideia de substância é tal que chegamos a ela racionalmente, e que não podemos, razoavelmente, evitar. A palavra 'acostumar' parece referir-se não ao processo pelo qual adquirimos e aplicamos pela primeira vez a ideia, mas à condição em que estamos a partir do momento em que a usamos de forma habitual" (1975, p. 11).

26 Para Kim, Locke explicaria essa ideia a partir de um 'processo especial de abstração'. O intérprete oferece um novo entendimento da noção de 'abstração' para explicar em que medida um substrato poderia ser uma 'entidade abstrata': "por 'abstrato', aqui, no entanto, Locke invoca uma

outro trabalho, argumentamos em favor da interpretação de que a obscuridade, inerente ao texto do *Ensaio*, não permite estabelecer qual seria, ao certo, a posição de Locke sobre a origem da ideia de SPG²⁷. O próprio filósofo parece não estar seguro sobre como explicar uma ideia que não pode ser obtida pelos canais comuns da experiência – isto é, a sensação e/ou reflexão. Não defendemos, portanto, que exista realmente uma aproximação entre ambos, Locke e Stillingfleet, sobre a origem da ideia de substância. Limitamo-nos a afirmar apenas que, consoante o aspecto que enfatizarmos na explicação da ideia de SPG no *Ensaio*, seu autor estaria próximo de atender às demandas racionalistas do Bispo.

4. O conhecimento a partir de ideias obscuras e confusas

A discussão trazida na seção anterior esclarece que um dos pontos de desacordo entre Locke e Stillingfleet diz respeito ao fato de que nem todo o conhecimento humano estaria condicionado a (P2). Dirigimos nossa atenção, doravante, ao modo como o Bispo ataca a conjunção (P1), (P2) e (P3) no *Ensaio*. Aos seus olhos, ela não seria suficiente para garantir o conhecimento humano. Se para Locke, a ideia obscura e confusa de SPG não permite o conhecimento do suporte, para Stillingfleet, a falta de uma tal ideia clara e distinta, adquirida por sensação e/ou reflexão, não seria um obstáculo. O Bispo, argumentando contra (P1), defende que o conhecimento não depende de ideias claras e distintas, visto que o ele não surge das próprias ideias, mas de um ‘ato de percepção’. A certeza advém de um ato perceptivo intelectual, de um exercício do juízo e da razão, não da clareza e distinção das ideias:

Portanto, aqui, não é a ‘Clareza da Ideia’, mas um Ato imediato da Percepção que é a verdadeira base da Certeza. E isto não pode estender-se às coisas sem nós mesmos, dos quais não podemos ter outra Percepção a

noção mais moderna de abstractividade [abstractness] – a saber, a de uma ‘entidade funcional’ [destaque nosso], que é definida em termos do seu ‘papel por si só, sem referência à natureza específica daquilo que, efetivamente, desempenha esse papel’ [destaque nosso]” (2019, p. 119).

27 Esse trabalho corresponde à primeira etapa de nossa pesquisa sobre a noção de ‘substância’ na filosofia de Locke. Nele, apresentamos e discutimos o modo como o filósofo apresenta sua compreensão dessa noção no *Ensaio* (2023a). O presente trabalho corresponde à sua segunda etapa, na qual apresentamos e discutimos detidamente a crítica de Stillingfleet à teoria lockiana. Na terceira e última etapa, apresentamos e discutimos as respostas de Locke aos ataques de seu crítico (2023b, no prelo).

não ser o que é causado pelas Impressões de Objetos externos. Mas se nos cabe julgar de acordo com essas Impressões, não deve depender de nossas 'Ideias' elas mesmas, mas do Exercício de nosso Julgamento e Razão sobre elas, que estabelecem a Diferença entre o verdadeiro e o falso e entre Ideias adequadas e inadequadas (Stillingfleet, 1697, p. 248).

Se o conhecimento, em Locke, ocorreria por meio da comparação entre ideias claras e distintas adquiridas por sensação e/ou reflexão (P3), em Stillingfleet, o conhecimento não depende dessas fontes sensíveis: ele ocorre a partir da distinção entre, por um lado, 'ideias adequadas' e 'ideias inadequadas' e, por outro lado, um ato da razão que as distingue. Recusa-se, desse modo, (P3).

No que diz respeito, mais especificamente, ao conhecimento das substâncias, Stillingfleet observa: “portanto, nossa Certeza não provém das 'Ideias' elas mesmas, mas da Evidência da Razão, de que essas 'Ideias' são verdadeiras e justas, e, conseqüentemente, de que podemos apoiar nossa Certeza sobre elas” (1697, p. 248). A razão não apenas produz uma ideia de substância, ela percebe também a adequação – verdade e justiça – dessa ideia de modo a permitir o conhecimento certo a seu respeito.

Se estamos certos em nossa leitura, parece-nos, mais uma vez, ser possível encontrar um ponto de contato entre os princípios das teorias do conhecimento do Bispo e do autor do *Ensaio*. A doutrina lockiana sobre a origem do conhecimento é sistemática e detidamente apresentada no quarto livro da obra. Locke estabelece que as ideias são os únicos objetos do conhecimento humano²⁸. Contudo, não há sugestão de que somente as ideias claras e distintas permitiriam o conhecimento certo. A seu ver, o conhecimento é *adquirido* por meio de um processo mental semelhante ao 'ato de percepção' apontado por Stillingfleet como a verdadeira fonte da certeza:

Parece-me que o 'conhecimento' não é outra coisa senão a 'percepção da conexão e do acordo, ou do desacordo e da oposição em quaisquer das nossas ideias'. É só nisto que ele consiste. Onde esta percepção estiver, há conhecimento, e onde não estiver, nós não poderemos chegar ao conhecimento, embora possamos imaginar, conjecturar ou acreditar (Locke, 1999, p. 719).

28 “Uma vez que o espírito, em todos os seus pensamentos e raciocínios, não tem outro objecto imediato senão as suas próprias ideias, que são a única coisa que ele contempla [a mente não tem acesso direto / imediato às próprias operações?], ou pode contemplar, é evidente que o nosso conhecimento se ocupa apenas com as nossas ideias” (1999, p. 719).

O ato perceptivo de conhecer, em Locke, depende de um juízo, assim como em Stillingfleet. Em alguns casos, esse juízo é intuitivo, pois realizado imediatamente e irresistivelmente pelo espírito que percebe o acordo ou desacordo entre as ideias²⁹. Em outros casos, no entanto, esse juízo ocorre de modo mediato, visto depender do intercurso de outras ideias para que se perceba o acordo ou desacordo entre as ideias. Nesse caso, esse ato perceptivo de conhecer é racional³⁰. O conhecimento da existência das substâncias corporais, ou, mais especificamente, das qualidades sensíveis que constituem os objetos, no entanto, não é intuitivo ou racional. Locke denomina-o de ‘sensível’ e o identifica textualmente com a um ato de percepção:

Por isso que, julgo eu, podemos acrescentar às duas espécies anteriores de conhecimento também a que diz respeito à existência de objectos particulares exteriores, em virtude desta ‘percepção e conhecimento’ [destaque nosso] que temos da entrada das ideias que nos vêm destes objectos, e, assim, podemos admitir estes três graus de conhecimento, a saber: o ‘intuitivo’, o ‘demonstrativo’ e o ‘sensitivo’, em cada um dos quais há diferentes graus e meios de evidência e de certeza (Locke, 1999, p. 739).

A princípio, poderíamos julgar que Stillingfleet teria falhado em perceber que Locke não assume de fato que o conhecimento humano é fundamentalmente uma questão de se compararem ideias claras e distintas. O texto do quarto livro do *Ensaio* é claro sobre um processo mais complexo, na epistemologia lockiana, para se explicar como o entendimento conhece. Não obstante, passagens do capítulo XXIII do segundo livro, ‘Das nossas ideias complexas de substância’, parecem explicar como Stillingfleet desenvolve essa interpretação. Com efeito, em várias ocasiões nesse capítulo, Locke reforça que a natureza das substâncias não pode ser conhecida e isso, aparentemente, é devido justamente à obscuridade e confusão da ideia de SPG. A substância

29 “Se reflectirmos sobre a nossa maneira de pensar, veremos que algumas vezes o espírito se apercebe do acordo ou desacordo de duas ideias ‘imediatamente por elas próprias’ sem a intervenção de uma outra, o que, eu penso, se pode chamar ‘conhecimento intuitivo’. Pois, neste caso, o espírito não tem dificuldade de provar ou examinar a verdade, mas percebe-a, como os olhos percebem a luz, somente por estarem voltados para ela” (1999, p. 729).

30 “[...] Quando o espírito não pode juntar as suas ideias para perceber o seu acordo ou desacordo, por meio de uma imediata comparação, e por assim dizer justapondo-as ou aplicando-as umas às outras, é então obrigado a servir-se ‘da intervenção de outras ideias’ (uma ou mais, conforme o caso) para descobrir o acordo ou o desacordo que procura; e isto é o que chamamos ‘demonstração’” (1999, pp. 730-731).

é ‘qualquer coisa, não sabia o quê’³¹; os seres humanos a ‘ignoram perfeitamente’³², desconhecendo a ‘causa da união’ das ideias simples de sensação e/ou reflexão³³; tanto a substância dos espíritos quanto dos corpos materiais é desconhecida³⁴; a ideia clara e distinta de substância corporal ou espiritual está tão longe que é ‘como se não soubéssemos de nada’³⁵. Locke, portanto, parece comprometido com a tese que lhe é atribuída pelo Bispo:

Logo, aqui como em todos os outros casos onde utilizamos as palavras ‘sem termos ideias claras e distintas’ [destaque nosso], falamos como crianças, as quais, sendo questionadas acerca do que determinada coisa é, coisa essa que desconhecem, prontamente oferecem esta resposta satisfatória: ‘é qualquer coisa’. O que, na verdade, quando usada dessa forma quer pelas crianças, quer pelos homens, significa apenas que ‘não sabem do que se trata’ [destaque nosso] (Locke, 1999, p. 388).

Na próxima e última seção do artigo, voltamos à questão de como entender as afirmações aparentemente céticas de Locke que, a nosso ver, não são expressões de ceticismo, mas do compromisso do filósofo com um método de investigação o qual não permite falar sobre o que não pode ser observado ou experimentado.

31 “Se a alguém se perguntasse a que ideia a cor ou o peso adere, ele só teria que dizer que aderiria às suas componentes sólidas ampliadas. E se lhe fosse perguntado a que se liga essa solidez e extensão, ele não estaria em muito melhor situação do que o indiano mencionado anteriormente, que referia que o mundo era suportado por um grande elefante, e ao perguntarem-lhe em que é que o elefante descansava, ele respondeu: sobre uma grande tartaruga. Mas ao ser uma vez mais pressionado para se saber o que sustentava a tartaruga com tão grande carapaça, ele respondeu que era ‘qualquer coisa, não sabia o quê’” (1999, pp. 387-388).

32 “[...] E significa também que a coisa que julgamos conhecer e sobre a qual falamos é algo sobre que não têm a mínima ideia e, portanto, ignoram-na perfeitamente e estão às escuras em relação a ela’ [destaque nosso]” (1999, p. 388).

33 “Portanto, qualquer que seja a natureza secreta e abstracta da substância em geral, todas as ideias que tenhamos de tipos específicos e distintos de substâncias não são mais do que múltiplas combinações de ideias simples, coexistindo na ‘tal causa da sua união, embora desconhecida’, [destaque nosso] que faz com que o todo subsista em si” (1999, pp. 390-391).

34 “Portanto, e em poucas palavras, a ideia que possuímos de espírito comparada com a ideia que temos de corpo apresenta-se da seguinte forma: a substância dos espíritos ‘é-nos desconhecida e a substância do corpo também nos é igualmente desconhecida’ [destaque nosso]” (1999, pp. 410-411).

35 “Pela ideia complexa de extensão, de forma, de cor e de quaisquer outras qualidades sensíveis, que é tudo o que sabemos do corpo, continuamos tão longe da ideia da substância do corpo como se não soubéssemos nada” (1999, p. 401). E: “portanto, somos tão incapazes de descobrir onde as ideias pertencentes ao corpo estão alojadas, como de o fazer em relação às ideias pertencentes ao espírito” (1999, p. 410).

Por ora, voltamos nossa atenção a outro ponto de contato entre as compreensões de Locke e Stillingfleet. Existem passagens no *Ensaio* que parecem sustentar a hipótese de que o primeiro poderia concordar com seu crítico ao afirmar que, em certos casos, as ideias claras e distintas não seriam suficientes para o conhecimento. Uma evidência, a nosso ver, clara dessa compreensão, é apresentada por Locke no próprio capítulo XXIII do segundo livro: o espírito tem ideias claras e distintas (P1), adquiridas por sensação e/ou reflexão (P2), do impulso que provoca os movimentos entre os corpos externos e do poder de agir do espírito³⁶. Contudo, isso não permite que o entendimento compreenda como esses fenômenos ocorrem:

Uma outra ideia que possuímos do corpo é ‘o poder de comunicar movimento através do impulso’. E uma outra ideia que possuímos das nossas almas é ‘o poder de despertar o movimento através do pensamento’. Estas ideias, uma relativa ao corpo, a outra relativa às nossas mentes, são-nos fornecidas claramente pelas experiências de todos os dias, mas ‘se mais uma vez questionarmos como é que isto se concretiza estaremos igualmente no escuro’ [destaque nosso] (Locke, 1999, p. 408).

A experiência diária é evidência suficiente para saber da existência do movimento dos corpos externos por impulso e do poder do espírito de produzir o movimento. Contudo, mesmo dispondo de ideias claras e distintas dos dois fenômenos, o espírito não é capaz de compreender como isso ocorre: “da experiência diária temos uma prova clara do movimento produzido tanto pelo impulso como pelo pensamento, mas o modo como tal se processa dificilmente chega à nossa compreensão, estamos num estado de ignorância em relação a ambos” (1999, p. 408). Mesmo quando se encontram as condições (P1) e (P2), pode não haver conhecimento. Isto é, (P3) pode não ser suficiente para conhecer certamente, tal como defende Stillingfleet em sua própria compreensão da origem do conhecimento humano.

36 “Temos ‘ideias claras e distintas’ de duas das principais características ou propriedades do corpo, quer dizer, as partes sólidas coerentes e o ‘impulso’; portanto, de igual modo, conhecemos e temos ideias claras e distintas de duas das principais características ou propriedades do espírito, por exemplo, o pensamento e ‘o poder de agir’ [destaques nossos], ou seja, um poder de iniciar ou pôr termo a vários pensamentos ou movimentos” (1999, p. 410).

5. A ciência experimental

Notamos, na segunda seção do artigo, que uma das raízes da leitura cética de Stillingfleet é sua má compreensão da existência de uma distinção entre duas ideias de substância no *Ensaio*. Encerramos o artigo discutindo o que, a nosso ver, poderia ser entendida como uma segunda raiz para essa leitura cética apresentada pelo Bispo. Em seu ataque, Stillingfleet desconsidera um aspecto fundamental da investigação lockiana da substância, a saber, a observação e experimentação dos fatos³⁷, que denota seu compromisso com os preceitos do método baconiano / newtoniano de investigação da natureza³⁸, portanto, com o método experimental de raciocínio. Neste sentido, julgamos que Locke não deve ser considerado um cético, no sentido de alguém que apresente argumentos ou razões filosóficas para se lançar dúvidas sobre a existência da substância enquanto suporte. Antes, o filósofo se limita a considerar que a ideia que temos dela não é clara e distinta, à luz da restrição do escopo destas ideias àqueles conteúdos mentais que nos vêm pela sensação e/ou reflexão.

Locke, é claro, não se declara cético. Diversas são as passagens do *Ensaio* em que o filósofo explicitamente reconhece seu compromisso construtivo, não cético, de se fazer uma ciência dos limites do entendimento humano, das capacidades cognitivas do espírito. A ‘Introdução’ da obra é esclarecedora a esse respeito:

Se, por virtude destas investigações, eu conseguir descobrir as possibilidades do entendimento, balizar a sua extensão, determinar que coisas lhe são proporcionadas e acessíveis, e saber em que casos nos engana - suponho que terei facultado os meios para que cada um possa moderar o seu espírito impetuoso, defendendo-o de tentar conhecer o que excede a

37 Pelo ano da publicação do *Ensaio*, a Royal Society de Londres já apregoava há três décadas o método experimental como o caminho acertado para o conhecimento científico. Yolton nota: “experiment and observation become all-important. An observational science of nature is not only possible, the Royal Society had been advancing that science since its beginnings around 1660” (2010, p. 53).

38 Filósofos experimentais inspiram Locke a estabelecer as ideias simples de sensação e/ou reflexão como o limite do conhecimento. Na ‘Introdução’ do *Ensaio*, Locke aponta suas influências: “Ficarei sempre com a satisfação de ter procurado a verdade e de ter querido ser útil. Sem dúvida que a comunidade atual dos sábios se encontra enriquecida com os autores de obras monumentais que a posteridade olhará sempre com admiração. Mas nem todos podem aspirar a ser um Boyle, ou um Sydenham; e numa altura em que brilham mestres como o grande Huygens, e o incomparável Sr. Newton e outros da mesma estatura, já é ambição bastante a de ser um simples operário aplicado a limpar e desobstruir de velharias o caminho do saber” (1999, p. 10).

sua compreensão e levando-o a parar quando atingir o limite do que pode alcançar, e a ignorar todas as coisas que, depois de bem examinadas, se mostrarem para além da sua capacidade (Locke, 1999, p. 24).

Tendo em vista esses aspectos do projeto lockiano, parece-nos mais coerente a compreensão de que Locke apenas pretende apontar os limites do que é possível conhecer a respeito da natureza das substâncias corporais e espirituais. O conhecimento das coisas externas e do espírito está limitado às ideias de sensação e/ou de reflexão. Porém, Locke não apresenta argumentos filosóficos para justificar uma dúvida sobre sua existência. Elas são, em uma perspectiva experimental, os fatos mentais que estão disponíveis à observação e experimentação – o método experimental de raciocinar baconiano – do ‘cientista do entendimento’. O espírito não é capaz de avançar um passo sequer para além delas³⁹, dos fatos mentais, fenômenos suscetíveis à observação e experimentação. A substância enquanto suporte é aquilo em que existem as qualidades sensíveis e as operações mentais e não pode ser apreendido diretamente na experiência. Quer dizer, é um dos objetos que excede a sua capacidade de compreensão. Portanto, em uma filosofia experimental, ele não pode ser entendido senão como um ‘não sei o quê’, pelo que conhecer a natureza do suporte é uma impossibilidade metodológica. Contudo, o autor do *Ensaio* não é cético: ele é um filósofo experimental, comprometido com o princípio do respeito ao campo do que é experimentado e observado.

A leitura cética da filosofia do *Ensaio* remonta, como visto na introdução do artigo, aos primeiros anos de sua recepção. Certamente a compreensão de Stillingfleet dessa filosofia decorre de uma suspeita de que a ‘via das ideias’ impossibilitaria o conhecimento de outras existências⁴⁰. Locke delimita fronteiras demasiado estreitas para o campo do conhecimento: as ideias simples de sensação e/ou reflexão. O que escapa aos olhos do crítico é que o *Ensaio* é escrito de acordo com o espírito experimental da filosofia do período. A verdadeira

39 “A partir daqui, parece-me provável que as ideias simples que recebemos da sensação e da reflexão são ‘os limites dos nossos pensamentos, para além dos quais a mente não é capaz de avançar nem um pouco’ [destaque meu], quaisquer que sejam os esforços que diligencie, nem é capaz de fazer quaisquer descobertas quando inquirir acerca da natureza e das causas ocultas dessas ideias” (1999, p. 410).

40 A esse respeito, Spellman observa: “na opinião de seus críticos mais incisivos, a nova ‘via das ideias’ de Locke retirou a possibilidade de conhecer o trabalho manual de Deus em seus próprios termos, ou em sua natureza real. Os humanos estavam, agora, restritos a um mundo subjetivo mental de sua própria criação, e as ideias formadas pelos indivíduos variam consideravelmente” (1997, p. 43).

filosofia, segundo os princípios desse método, detém-se sobre os fatos. Em um exame do entendimento humano, esses fatos que devem ser observados e experimentados são os fatos mentais – especificamente, as ideias e os modos como o espírito opera sobre elas. Se Locke reconhece não ser capaz de conhecer o suporte das qualidades sensíveis e das operações, isso é devido à adoção desse método. O suporte não está disponível à observação e experimentação.

Entretanto, na literatura secundária consultada, poucos são os intérpretes a notar a relação da teoria lockiana da substância com a ciência desenvolvida no período. Spellman, uma das raras exceções, nota que o *Ensaio* ecoa, inclusive no tratamento da ideia de SPG, o espírito científico do período⁴¹. Locke, como os filósofos experimentais da natureza, não está interessado pelo conhecimento das essências das coisas. A substância permanece desconhecida, mesmo após um rigoroso exame experimental dos conteúdos da mente.⁴²

Infelizmente, Spellman não se detém sobre o desenvolvimento da relação entre a teoria lockiana da substância e a nova ciência do período. Também não desenvolveremos esse ponto. A nosso ver, exceder-nos-íamos, nesse artigo, se pretendêssemos discutir detidamente essa relação. Limitamo-nos a notar que, em toda a sua crítica da teoria lockiana da substância, Stillingfleet parece desconsiderar completamente o caráter experimental dessa investigação, o que, sem dúvida, a nosso ver, explica a sua leitura cética dessa doutrina. Contudo, diferentemente do que sugere seu crítico, Locke não pretende dispensar a existência das substâncias do mundo. O filósofo almeja tão somente ‘limpar e desobstruir’ o terreno filosófico das ‘velharias’ da metafísica tradicional. Não há um conhecimento universal, como se o conhecimento da natureza de todas as coisas estivesse à disposição do entendimento. A ‘Introdução’ do *Ensaio*, mais uma vez, é deveras clara a esse respeito:

Libertos assim do desejo de um conhecimento universal, não ficaremos certamente tão expostos à tentação de interrogações e discussões que nos

41 “A epistemologia do *Ensaio* reflete claramente a concepção de ciência em mudança no século dezessete. Anteriormente, Henry More havia levantado dúvidas sobre nossa habilidade de descobrir a essência da substância, enquanto os amigos de Locke Robert Boyle e Isaac Newton, entre outros, discordaram da visão convencional de que a tarefa da ciência era obter conhecimento da essência real e interna das coisas” (1997, pp. 43-44)

42 “A nova ciência não se preocupava com as partes insensíveis da natureza [neste caso, o suporte] do qual todas as suas propriedades dependem. A este crucial propósito, os resultados de todas as investigações empíricas estavam sujeitas a dúvida, a depender de evidência futura. Assim, o *Ensaio* de Locke ajudou a providenciar as bases filosóficas da nova ciência, cujo interesse em formas substanciais deu lugar a uma descrição da natureza experienciada” (1997, p. 44).

deixam perplexos e confusos por incidirem sobre matérias que o nosso entendimento não abarca, e acerca das quais não podemos ter no espírito nenhuma ideia clara e distinta, ou nem sequer (como acontece quase sempre) ideia alguma (Locke, 1999, p. 24).

A lição ensinada por Locke é a de que a filosofia deve manter o silêncio sobre aquilo de que não se pode ter ideias claras e distintas, como no caso das ideias confusas e obscuras das substâncias corporais e espirituais, ou de que não se pode ter qualquer ideia. Não é por isso, no entanto, que é preciso supor a inexistências de tais substâncias:

Por último, se esta noção de espírito imaterial apresenta algumas dificuldades de explicação pouco fácil, não temos, então, mais razões para negar ou duvidar da existência de tais espíritos do que temos para negar ou duvidar da existência do corpo, uma vez que a noção de corpo está obstruída por algumas dificuldades muito difíceis e talvez impossíveis de serem explicadas ou compreendidas por nós (Locke, 1999, p. 411).

Yolton é outro intérprete que, assim como Spellman, acertadamente chama a atenção para o contexto em que Locke discute a noção de ‘substância’. A seu ver, o autor do *Ensaio*, como seus próximos da Royal Society – influenciada pela compreensão experimental da ciência – se coloca contra os discursos e disputas, em favor de uma filosofia sólida e experimental⁴³. Algumas das posições do *Ensaio* são reflexos das noções científicas de seus contemporâneos⁴⁴. Passa-se das palavras vazias para os fatos, para a experiência⁴⁵. A noção de

43 “Como um de seus membros, Robert Hooke, explica, os objetivos dessa sociedade eram substituir a ‘Filosofia do discurso e da disputa’, pois ela presta demasiada atenção à ‘subtileza de suas Deduções e Conclusões’ e demasiado pouca ao primeiro fundamento do conhecimento – sentido e memória. Outro membro da sociedade, Henry Power, refere-se aos ‘velhos Dogmáticos e Especuladores Nacionais’, dizendo que em vez da ‘filosofia Sólida e Experimental’, estes cientistas dogmáticos e racionais disputavam sobre ‘Qualidades Peripatéticas’” (2010, p. 53).

44 “Trabalhando dentro de um contexto conceitual fixo, Locke procurou elaborar uma concepção do entendimento humano que desse sentido à nova ciência da natureza. O corpo de verdades especulativas sobre o mundo encontrado no *Ensaio* reflete algumas das noções comuns da época e algumas das hipóteses científicas de seus contemporâneos” (2010, p. 16).

45 “Em sua *History of the Royal Society*, Thomas Sprat também reclama da ‘Guerra Nacional’ de oponentes, em que demasiada atenção se prestou aos ‘termos gerais’, que não se fundavam muito na ‘Natureza’. Os membros da Royal Society ‘voltaram seus pensamentos das ‘Palavras’ para a Filosofia Experimental’. Sprat caracteriza a disputa como ‘um instrumento muito bom para afiar a sagacidade dos homens e torná-los versáteis e defensores cautelosos dos Princípios, o que eles já

substância é uma dessas noções. Neste contexto, Locke a ressignifica: ela é uma ideia complexa, uma composição de ideias simples de sensação e/ou reflexão. O que se diz além disso é apenas suposição. E é esse caráter experimental do *Ensaio* que julgamos escapar a Stillingfleet em sua crítica.

Gostaríamos de notar, por fim, que a própria compreensão do Bispo de Worcester não está distante da visão de Locke. Dessa vez, essa aproximação diz respeito ao conhecimento da natureza das substâncias. O Bispo, com efeito, nota em seu ataque:

Mas não há prejuízo para nós, que perguntamos sobre a ‘Certeza’ de tais ‘Essências’. Pois apesar de não podermos compreender o ‘Quadro interno’ ou ‘Constituição’ das coisas, tampouco de que maneira elas fluem das Substâncias, ainda assim, por elas, certamente podemos saber que há tais ‘Essências’, e que elas se distinguem entre si por seus ‘Poderes’ e ‘Propriedades’ (Stillingfleet, 1697, p. 257).

Stillingfleet reconhece que a essência, aquilo que está para além dos ‘poderes’ e ‘propriedades’, não pode ser conhecido, quer dizer, a ‘estrutura interna’ ou ‘constituição’ das coisas é inatingível. Locke afirma: as substâncias não são senão coleções de ideias – os poderes e propriedades, e o suporte – a estrutura interna ou constituição –, não pode ser apreendido, mas apenas suposto. Não pretendemos identificar aqui as noções de substância enquanto suporte e essência. Não estamos sugerindo que a substância deva ser identificada com a essência real das coisas. Como nota Gabor Fórrai⁴⁶, Locke não realiza essa identificação. Gostaríamos apenas de notar que, Stillingfleet não parece

sabiam. Mas isto nunca pode aumentar muito a ‘substância sólida da própria Ciência [...]’” (2010, pp. 53-54). William Molyneux (1656-1698), amigo de Locke, também tem parte importante nessa compreensão: “Molyneux contrasta o método experimental das novas sociedades (a Royal Society e a Dublin Society, às quais pertencia), um método que ele diz preocupar-se com as ações, em vez das palavras, com o método das Escolas, que se preocupava mais com ‘Disputa e Coisas Verbosas vazias’ do que com alguma Descoberta Curiosa das Ações da Natureza” (2010, p. 54).

46 Fórrai explica a interpretação da substância como essência real: “a substância, entendida deste modo, não comporta propriedades, mas determina-as. Ora, a essência real é a ‘constituição real interna das coisas, da qual suas qualidades detectáveis dependem. Portanto, a substância em geral é algo muito semelhante à essência real” (2010, p. 35). O intérprete explica a razão de ambas não poderem ser identificadas: “não obstante, ela não deve ser identificada com a essência real, pois a ideia de substância em geral é mais uma ideia geral. Ela consiste no que quer que seja responsável por conjuntos estáveis de propriedades observáveis, independentemente de qual conjunto estamos falando. O conceito de essência real, por contraste, está ligado apenas a certos conjuntos, a saber, aqueles que identificam tipos, no sentido de espécies, como ouro ou homem” (2010, pp. 35-36).

avesso a pensar limites para as capacidades cognitivas do entendimento. Ele próprio reconhece há algo que não pode ser conhecido, algo que está para além do que é experienciado. A nosso ver, se consciente do compromisso de Locke com o método experimental de raciocínio, o Bispo poderia reconhecer que o autor do *Ensaio* tem uma visão não cética sobre a substância enquanto suporte, no sentido de duvidar da existência da substância como suporte.

Popkin, um dos poucos intérpretes a se deter mais sistematicamente sobre o texto de Stillingfleet, já havia notado esse ponto de contato entre as compreensões de ambos:

No decurso do debate entre Locke e o Bispo de Worcester, torna-se muito claro que eles estão próximos do acordo sobre que informação temos sobre o mundo, a saber, apenas os dados empíricos. 'Seu desacordo centra-se em como interpretar esta informação' [destaque nosso] (Popkin, 1971, p. 312).

Na tentativa de estender e sistematizar esta aproximação, a partir do que apresentamos nas seções anteriores, encontramos muitos pontos de acordo entre os autores que talvez permitam pensar uma aproximação sobre 'como interpretar a informação' recebida pela experiência. O autor do *Ensaio* e seu crítico parecem defender compreensão semelhante sobre a origem da ideia de SPG e sobre como o conhecimento depende de um ato perceptivo do entendimento. É possível, portanto, que tenha sido apenas essa 'negligência' de Stillingfleet de desconsiderar o caráter experimental da filosofia lockiana que o tenha levado a compreendê-la como cética, no sentido de oferecer razões para se duvidar da existência da substância enquanto suporte.

Referências bibliográficas

- AARON, R. (1955). *John Locke: Second Edition*. Oxford: Clarendon Press.
- AYERS, M. R. (1975). The Ideas of Power and Substance in Locke's Philosophy. In: *The Philosophical Quarterly*. Volume XXV, número 98, pp. 01-27.
- BROWN, S. (1996). Locke as Secret 'Spinozist': The Perspective of William Carroll. In: *Disguised and Overt Spinozism around 1700*. Wiep Van Bunge e Wim Klever (Editores). Leiden / New York / Koln: E.J. Brill, pp. 213-234.

- CAREY, D. (2017). John Locke, Edward Stillingfleet and the Quarrel over Consensus. In: *Paragraph*. Volume XL, número 1, pp. 61-80.
- CARROLL, R. T. (1975). *The Common-Sense Philosophy of Religion of Bishop Edward Stillingfleet* (1635-1699). The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.
- CARTER, S. (1947). Edward Stillingfleet: A Pioneer of Reunion. In: *The Churchman*. Volume LXI. London: Church Book Room Press, LTD., pp. 118-126. Disponível em: https://biblicalstudies.org.uk/pdf/churchman/061-03_127.pdf
- FLAGE, D. (1981). Locke's Relative Ideas. In: *Theoria*. Volume XLVII, número 3, pp. 142-159.
- FREITAS, V. & SALGADINHO, C. 2023a. A teoria da substância no 'Ensaio sobre o Entendimento Humano' de John Locke. In: *Trans/formação*. Volume XLVI, pp. 35-60.
- FREITAS, V. & SALGADINHO, C. 2023b. A defesa de John Locke da teoria da substância na Primeira 'Carta' a Edward Stillingfleet. In: *Veritas* (Porto Alegre). No prelo.
- FORRAI, G. (2010). Locke on Substance in General. In: *Locke Studies*. Volume X, pp. 27-60.
- HUTTON, S. (1996). Edward Stillingfleet and Spinoza. In: *Disguised and Overt Spinozism around 1700*. Wiep Van Bunge e Wim Klever (Editores). Leiden / New York / Koln: E.J. Brill, pp. 261-274.
- JOLLEY, N. (2015). *Locke's Touchy Subjects: Materialism and Immortality*. Oxford: Oxford University Press.
- KIM, H. (2019). *Locke's Ideas of Mind and Body*. New York e London: Routledge.
- KORMAN, D. (2010). Locke on Substratum: A Deflationary Interpretation. In: *Locke Studies*. Volume X, pp. 61-84.
- LOCKE, J. (1999). *An Essay concerning Human Understanding*. Peter H. Nidditich (Editor). Oxford: Clarendon Press.
- LOCKE, J. (1999). *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Eduardo Abranches Soveral (Tradutor). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOCKE, J. (1824). *The Works of John Locke*. Volume III. London: C. and J. Rivington. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/title/locke-works-of-john-locke-vol-3>
- MABBOTT, J. D. (1973). *John Locke*. London e Basingstoke: Macmillan Education.
- MILLICAN, P. (2015). Locke on Substance and Our Ideas of Substances. In: *Locke and Leibniz on Substance*. Paul Lodge e Tom Stoneham (Editores). New York e London: Routledge, pp. 08-27.
- POPKIN, R. (1971). The Philosophy of Bishop Stillingfleet. In: *Journal of the History of Philosophy*. Volume IX, número 3, pp. 303-319.
- SPELLMAN, W. M. (1997). *John Locke*. New York: Macmillan Education.
- STILLINGFLEET, E. (1697). *A Discourse in Vindication of the Doctrine of the Trinity: With an Answer to the Late Socinian Objections against it from Scripture*. London: Printed by I. H. for Henry Mortlock at the Phoenix in S. Paul's Church-yard. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A61548.0001.001/1:5.10?rgn=div2;view=fulltext;q1=Trinity+---+Early+works+to+1800>

- STUART, M. (2016). The correspondence with Stillingfleet. In: *A Companion to Locke*. Matthew Stuart (Editor). Malden / Oxford / West Sussex: Wiley-Blackwell, pp. 354-370.
- WELCH, D. (2003). Defoe's 'A True Relation', Personal Identity, and the Locke-Stillingfleet Controversy. In: *Studies in Philology*. Volume C, número 3, pp. 384-399.
- YOLTON, J. (1968). *John Locke and the Way of Ideas*. Oxford: The Clarendon Press.
- YOLTON, J. (2010). *Locke and the Compass of Human Understanding: A Selective Commentary on the 'Essay'*. New York: Cambridge University Press.